



ATA N.º 1/2018

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2018
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 26 DE FEVEREIRO DE 2018

-----No dia 26 de fevereiro de 2018, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de fevereiro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação do Relatório Final de Revisão da Carta Educativa do Município de Lagos;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de Acordo de Geminação entre o Município de Lagos e o Município de Ksar el Kebir (Reino de Marrocos);*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de composição de júri para recrutamento e seleção de cargos de direção intermédia de 2.º e 3.º grau;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de alargamento da área de intervenção da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento do Conselho Municipal Sénior;*
- PONTO 7 - *Designação de Cidadãos, pela Assembleia Municipal, para integrarem o Conselho Municipal de Sénior [alínea o) do n.º 2 do Artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal Sénior];*
- PONTO 8 - *Instituição do Congresso das Terras do Infante;*
- PONTO 9 - *Instalação em Lagos do Fórum dos Descobrimentos;*
- PONTO 10 - *Apreciação e votação da proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal;*
- PONTO 11 - *Apreciação e votação da proposta de criação de Comissões da Assembleia Municipal [alínea c) do n.º 1 do Artigo 26.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais].*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 51 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana
PSD	Emídio Jacinto Grilo
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDS	Artur José Gomes Rêgo
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro
PAN	Margarida Maurício Correia

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo	2 dias	Emídio Jacinto Grilo



-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PSD	João António do Rio Rosa Bravo - Vereador
LCF	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima - Vereadora

-----ATA DE REUNIÕES ANTERIORES: Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes Atas:

-----Ata n.º 13/2017 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2017, da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 20 de dezembro de 2017.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 1/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 13/2017 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2017, da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 20 de dezembro de 2017.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros::

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PSD	Emídio Jacinto Grilo

-----Ata n.º 14/2017 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2017, da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 21 de dezembro de 2017.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 2/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 14/2017 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de dezembro de 2017, da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 21 de dezembro de 2017.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto



Fl. 2v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
CDS	Artur José Gomes Rêgo

-----PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:

-----O Sr. Município José Lourenço, fez a seguinte intervenção: “Boa noite a todos os presentes. A minha perceção como cidadão ao longo das Sessões desta Assembleia Municipal, às quais tenho assistido, é de que parece ser esta Assembleia, uma sucursal da Câmara Municipal de Lagos e onde se observa que as cadeiras aqui atrás, têm apenas como objetivo chegar-se o mais possível a essas aí da frente, porque estas Sessões parecem ter de antemão, as perguntas já combinadas. Vou começar por dizer que na última Assembleia Municipal de dezembro, fui vítima de julgamento sumário ou de santo ofício, com muita chacota e humilhação, sem direito a defesa e sem que uma única voz intervisse. E mais, com a Bancada do PS a ampliar o ruído e a servir de tambor, no afã de mostrar serviço aos seniores da política local, aqui na minha frente. Mas a verdade é que desde há mais de 4 anos a Câmara Municipal de Lagos não responde às minhas perguntas que são: 1.^a - A construção de 2 muros, tornam a minha habitação insalubre? Sim ou não? Respondam por escrito! 2.^a - Qual é o grau de umidade das paredes? 3.^a - Se esta umidade é perigosa para a saúde? Se esta umidade pode provocar o desenvolvimento de fungos, bactérias, bolores, alergias, asma e infeções das vias respiratórias? 4.^a - Se é seguro para a saúde, viver na minha habitação com este grau de umidade? - Se estas umidades estão, ou não, relacionadas com a construção de 2 muros que tapam uma porta e uma janela e não têm drenagens. 5.^a - Que me respondam por escrito, se a demolição dos muros seria uma solução para o problema das humidades nas paredes? 6.^a - Peço que sejam feitas as medições das humidades nas paredes com aparelho apropriado. Agradecia que esta exposição dos quesitos nunca respondidos, fosse um requerimento a esta Assembleia Municipal para obter respostas aos mesmos da Câmara Municipal de Lagos. Peço também ao Sr. Presidente, Dr. Paulo Morgado, autorização para a projeção de cinco fotografias e um curto vídeo, para elucidar a esta Assembleia Municipal o problema das humidades.”-----

-----O pedido efetuado no final desta intervenção, foi indeferido.-----

-----Seguidamente o Sr. Município Carl Zimmerling, em representação do Grupo Terra Saudável, disse o seguinte: “Boa noite Dr. Paulo Morgado, boa noite a todos os presentes aqui nesta reunião. Hoje queremos aproveitar mais uma oportunidade, uma Assembleia Municipal de Lagos, para apresentarmo-nos pessoalmente ao público. Nos últimos dois meses, o Dr. Paulo Morgado, bem como a Dra. Joaquina Matos e o Sr. Fernando Severino, têm recebido os resultados da nossa petição online Não à Monocultura de Abacates! Que lançamos no início deste ano. Quem somos nós? Somos um grupo de pessoas que querem assumir a responsabilidade pela manutenção de um ambiente saudável. A maioria de nós vive perto de Barão de São João. Damos ao nosso grupo o nome Terra Saudável. Vivemos numa época de grandes alterações climáticas (ver workshop da Câmara Municipal em 5 de fevereiro) com diminuição da água e aumento da temperatura e por isso queremos trabalhar



para garantir que as palavras e intenções das pessoas politicamente responsáveis sejam seguidas também de ações. O nosso objetivo é reunir várias pessoas e entidades, afetadas e responsáveis, numa mesa redonda para uma discussão aberta. O nosso foco está atualmente na maior monocultura de abacate da Europa que foi instalada há três anos perto de Barão de São João numa área de 76 hectares. Este projeto é a razão principal da nossa petição e é a extensão para mais 45 hectares que definitivamente queremos evitar. Com a mudança do clima e a escassez de água e recursos, os métodos agrícolas alternativos evoluíram também, nas últimas décadas e devem ser usados hoje. No dia 7 de fevereiro durante a reunião da Câmara Municipal, a Presidente, Dra. Joaquina Matos, assegurou publicamente o seu apoio à realização de uma mesa redonda com a participação dos promotores da plantação de abacates (Citago), representantes de métodos de agricultura alternativa e o grupo Terra Saudável. Gostaríamos de deixar claro mais uma vez que não estamos contra uma agricultura comercial, mas é muito importante também a preservação e proteção de um ambiente saudável, de uma terra saudável, de uma flora saudável e de uma fauna saudável. Neste sentido pedimos também o vosso apoio, o apoio da Assembleia Municipal, para a realização da referida mesa redonda.”-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**

-----Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 433/2017 a 70/2018, inclusive.-----

-----Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 369/2017 a 29/2018, inclusive.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Pesar, apresentado pela Mesa: “Faleceu no passado dia 23 de fevereiro, Carlos Eduardo da Silva e Sousa - Presidente da Câmara Municipal de Albufeira. Carlos Silva e Sousa estava no seu segundo mandato à frente da Câmara Municipal de Albufeira. Foi Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, entre 2001 e 2013. Exerceu funções de Vereador na Câmara Municipal de Albufeira. Foi ainda Deputado à Assembleia da República, durante quatro anos, entre 2011 e 2015. Carlos Silva e Sousa desempenhou também diversos cargos a nível partidário: foi Presidente da Concelhia do PSD/Albufeira, Vice-Presidente da Distrital do PSD e ainda membro do Conselho Nacional dos social-democratas. Foi Cônsul da Lituânia e Vice-Cônsul de S. Tomé e Príncipe no Algarve, bem como Presidente da Confraria dos Enófilos e Gastrónomos do Algarve e ainda Presidente da Junta de Agricultores do Perímetro de Rega da Várzea do Benaciate. Enquanto agricultor foi um dos pioneiros na Produção de Vinhos de Qualidade no Algarve. Carlos Eduardo da Silva e Sousa, nascido a 13 de abril de 1957, era licenciado em Direito e, antes de ser Presidente da autarquia, era advogado de profissão, tendo tido diversos cargos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 3v.

ligados à Ordem dos Advogados na região algarvia. Em sua memória, a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Ordinária no dia 26 de fevereiro, delibera: 1 - Manifestar o seu Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Eduardo da Silva e Sousa, cumprindo um minuto de silêncio em sua memória. 2 - Expressar as suas sentidas condolências à família de Carlos Silva e Sousa, bem como à Câmara e à Assembleia Municipal de Albufeira.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação do Voto de Pesar.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 3/AM/2018**

-----Aprovada, por unanimidade, o Voto de Pesar, apresentada pela Mesa.-----

-----Seguidamente foi cumprindo um minuto de silêncio em memória do Sr. Carlos Silva e Sousa.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Saudação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social. Desde a aprovação em 1910, na 2.ª Conferência Internacional de Mulheres (Copenhaga), de um Dia Internacional da Mulher, que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos seus direitos. Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais. Apesar de avanços civilizacionais importantes, alguns retrocessos continuam a fazer-se sentir, a sociedade continua a ser marcada pelas desigualdades, pela grande desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que não têm nada. Milhões de mulheres no mundo são as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras. O 8 de Março assume-se por transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, e constitui um fator de enriquecimento na luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Em Portugal, está a ser feito um caminho de recuperação de direitos de grande significado para as mulheres: a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais na Administração Pública, o aumento do salário mínimo nacional, a reposição dos quatro feriados suspensos, o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez sem pressões nem condicionamentos, a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais. É um caminho de avanços que importa continuar e consolidar. Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 26 de fevereiro de 2018, delibere: 1 - Saudar o Dia Internacional da Mulher. 2 - Apelar às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, prossigam a luta por uma sociedade livre de desigualdades e de discriminações e por ocupar o seu lugar por direito, no local de trabalho, no Poder político, no associativismo, nos sindicatos, em todos os espaços desta caminhada pela igualdade. 3 - Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social. 4 - Colocar esta deliberação na página eletrónica da Assembleia Municipal.”--

-----O Sr. Paulo Toste (PS) começou por dizer que o PS se congratulava com a Saudação apresentada pela CDU, tendo acrescentado que o Dia Internacional da



Mulher já não se deveria de comemorar uma vez que todos os dias deviam ser da Mulher, assim como é o dia do Homem. Disse que a Mulher terá que ter, cada vez mais, uma maior influência e participação na sociedade. Anunciou o voto favorável do PS na Saudação.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU), referindo-se às intervenções do Público, disse que era importante que fosse explicado ao público que os Membros da Assembleia Municipal não podem intervir nos assuntos, sendo isso definido por lei. Acrescentou que os Membros da Assembleia Municipal ouvem, com toda a atenção as intervenções dos munícipes e aguardam as respostas da Câmara Municipal, relativamente ao questionado pelos munícipes nas reuniões da Assembleia Municipal, lamentando a falta de respostas, por parte da Câmara Municipal, a muitas das questões colocadas pelos cidadãos na Assembleia Municipal. Relativamente à Saudação sobre o Dia Internacional da Mulher, disse que era importante não ser necessário apresentar tais documentos, bastando para tal ser cumprida a Constituição. Referiu que a luta não se faz só pelas mulheres, mas sim pelo cumprimento da já muita existente legislação.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que a criação do Dia Internacional da Mulher, tinha a haver com evolução da civilização, sendo que se vive num Mundo de desigualdades. Disse que deseja um Mundo mais igual e uma humanidade onde todos, independentemente das suas características diferenciadoras, seja considerada e tida como seres humanos de pleno direito. Referiu que o Dia Internacional da Mulher é comemorado para relembrar aquilo que foram as desigualdades, que continuam a ser as desigualdades contra as quais muitos lutam. Anunciou o voto a favor da Saudação, mas num sentido mais lato.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF), referindo-se às intervenções do público, disse que não quer passar por uma sucursal do Executivo, uma vez que a Assembleia Municipal é um Órgão independente e deve pautar-se pela defesa dos direitos dos cidadãos, pelo que aguardam, os Membros da Assembleia Municipal, pelas respostas da Câmara Municipal aos assuntos colocados pelos munícipes.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS), relativamente ao Dia Internacional da Mulher, disse que muito tem sido feita em Portugal a nível dos direitos das Mulheres, no entanto ainda há muita coisa a fazer, como por exemplo, cumprir a legislação.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Saudação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 4/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “É uma evidência incontornável que a introdução de portagens na Via do Infante, há seis anos, foi uma medida profundamente lesiva dos interesses do Algarve, com repercussões muito negativas na mobilidade dos cidadãos e na atividade económica da região, contribuindo para o aumento das dificuldades sentidas pelas empresas, para a destruição de emprego e para o agravamento da sinistralidade rodoviária. A Via do Infante não tem alternativas válidas. A EN 125, que em partes significativas do seu traçado é uma



autêntica artéria urbana, com inúmeras rotundas, cruzamentos, semáforos e passadeiras de peões, não tem características adequadas ao tráfego interurbano, nem as adquirirá após a conclusão das obras de requalificação. A EN 125 foi, durante muito tempo, uma das estradas com maior sinistralidade do País, ficando conhecida como “Estrada da Morte”. Com a entrada em serviço da Via do Infante, a situação melhorou, verificando-se um decréscimo acentuado de acidentes e de vítimas mortais. Contudo, com a introdução de portagens, uma parte significativa do tráfego da Via do Infante regressou à EN 125 e o número de acidentes, assim como de vítimas mortais, tornou a crescer. De acordo com o projeto inicial, as obras de requalificação da EN 125 estariam concluídas em 2012. Este prazo não foi cumprido pela subconcessionária Rotas do Algarve Litoral e as obras foram suspensas pelo anterior Governo PSD/CDS. Recentemente, foram retomadas, mas ainda não estão concluídas em toda a extensão da EN 125. Com a introdução das portagens, em dezembro de 2011, cerca de metade do tráfego da Via do Infante transferiu-se para a EN 125. Em consequência, as condições de circulação nesta estrada degradaram-se de forma acentuada e a sinistralidade rodoviária disparou. A situação não melhorou e em termos de fluidez de trânsito até piorou, com a requalificação da EN 125 entre Vila do Bispo e Olhão, visto que o tráfego desviado da Via do Infante ainda se mantém na EN 125. A melhoria das condições de circulação e de segurança na EN 125 só poderá registar progressos significativos com a abolição das portagens na Via do Infante e o consequente regresso do tráfego interurbano a esta autoestrada. Pelo exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia da Municipal de Lagos, reunida a 26 de fevereiro de 2018 delibere: 1 - Recomendar ao Governo que proceda à imediata abolição de portagens na Via do Infante, devolvendo esta importante infraestrutura rodoviária às populações e à região. 2 - Recomendar ao Governo que proceda à rápida conclusão das obras de requalificação da EN 125, corrigindo as deficiências que se verificam e incluindo as variantes e as estradas de acesso do projeto inicial, nomeadamente a variante em Odiáxere. 3 - Dar conhecimento desta deliberação à Assembleia da República, à AMAL e aos meios de comunicação social.”-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) começou por fazer uma correção de um erro, o qual não sabia se seria involuntário ou voluntário, que tinha verificado no enunciado do documento, o qual estava relacionado com a introdução das portagens na Via do Infante, uma vez que, ao contrário do que é dado a entender no documento, não foi o Governo PSD/CDS que introduziu as portagens na Via do Infante, mas sim o Governo PS, liderado pelo Sr. Eng. Sócrates. Disse que não se deve confundir a decisão de introduzir portagens com a implementação dessa decisão.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) relativamente à intervenção do orador que o antecedeu, disse que poderia haver algum peso na consciência do mesmo, ao referir uma situação que não está escrita no documento, uma vez que a referência ao Governo PSD/CDS é feita relativamente à suspensão das obras da EN 125.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que o documento diz que “é uma evidência incontornável que a introdução de portagens na Via do Infante, há seis anos, foi uma medida profundamente lesiva dos interesses do Algarve” e há seis anos quem



governava o País, era um Governo PSD/CDS.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que se pode dizer que a ideia foi numa altura e a sua implementação depois, mas o que consta no documento apresentado, são factos.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que não estava em causa de quem é a culpa desta situação, mas sim a abolição das portagens na Via do Infante e a rápida conclusão das obras da EN 125, sendo que todos os presentes nas Bancadas tinham sido eleitos para defender os interesses dos lacobrigenses, em particular, e do Algarve no geral. Referiu que muitas têm sido as demonstrações públicas relativamente ao referido pelo documento da CDU, por parte do PS, pelo que anunciou o voto favorável do Grupo Municipal do PS na Moção apresentada pelo CDU. Terminou dizendo que o PS Lagos é a favor da abolição das portagens na Via do Infante, da conclusão, rápida, das obras de requalificação da EN 125 e de futuras requalificações, que se venham a verificar serem necessárias fazer nesta via.-----

-----O Sr. Emídio Grilo (PSD) disse que a CDU tem por hábito inundar a Assembleia Municipal com muitos documentos, no entanto todos sabem que os documentos apresentados são inócuos, não têm qualquer valor prático para as situações. Referiu que a CDU em vez de apresentar este tipo de documentos na Assembleia Municipal, devia apresentá-los na Assembleia da República, onde faz parte da coligação parlamentar que suporta o atual Governo PS e onde poderá ter algum poder no sentido de pressionar o Governo a fazer algo relativamente a este assunto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) ainda relativamente às palavras do Sr. Artur Rêgo, disse que um Governo não é obrigado a cumprir leis já feitas, tendo legitimidade para suspender e alterar as mesmas. Reportando-se à intervenção do Sr. Emídio Grilo, disse que a CDU está na Assembleia Municipal por direito próprio e é livre de trazer tudo aquilo que acha que é importante e deve ser debatido neste Órgão, na defesa das populações. Acrescentou que a CDU não está na Assembleia Municipal para levantar e baixar o braço. Disse que o Sr. Emídio Grilo podia ficar descansado, porque não era com os votos do PCP, na Assembleia da República, que o atual Governo do PS cairia para que voltasse um Governo do PSD/CDS. Referiu ainda que tanto na Assembleia Municipal como na Assembleia da República a CDU tem reivindicado uma solução para este assunto. Terminou afirmando que a intervenção do Sr. Emídio Grilo é que tinha sido inócua.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que tinha agora percebido que o PSD enquanto Governo, manteve as portagens, porque é a favor das portagens na Via do Infante, porque assim como a CDU podia fazer chantagem com o Governo PS, o Governo PSD podia não ter implementado as portagens, se não o fez, é porque é a favor das mesmas.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) disse que quem implementou as portagens na Via do Infante tinha sido um Governo PSD, depois de uma preparação realizada pelo Governo PS, sendo que o PS só era a favor das portagens na Via do Infante quando se verificasse uma boa alternativa à A22, situação que ainda não se verifica. Lembrou que o atual Governo PS baixou as portagens da Via do Infante.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 5v.

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que quem implementou e aprovou em Lei as portagens para a Via do Infante, tinha sido um Governo do PS. Referiu que o que tinha dito, relativamente ao erro encontrado na Moção da CDU, era factual e um erro histórico, o que não invalida que o CDS não esteja de acordo com a parte decisória da Moção.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que não é a primeira vez que vem à Assembleia Municipal, uma tomada de posição contra as portagens na Via do Infante, sendo que a Câmara Municipal tem igual posição, pelo que perguntou o porquê das 16 autarquias algarvias, não tomarem uma posição concertada, relativamente a este assunto, uma vez que se trata de um assunto de interesse para a Região. Terminou opinando que tal posição poderia ser tomada a nível da Comunidade Intermunicipal do Algarve, que reúne as 16 Câmaras Municipais do Algarve.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 5/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “No Orçamento do Estado para 2018, o Governo ficou responsabilizado pela elaboração de uma estratégia que promova hábitos de consumo e de alimentação não apenas mais saudáveis como também suscetíveis de potenciar o consumo de alimentos de produção nacional. Cresce a preocupação dos cidadãos com a composição nutricional da sua dieta. Portugal dispõe, em matéria de alimentação saudável, de um ativo – a Dieta Mediterrânica – que tem um papel fundamental na promoção de comportamentos alimentares saudáveis. No dossier português de candidatura da Dieta Mediterrânica a inscrição na lista de Património Imaterial da Humanidade da UNESCO, várias entidades assinalavam a importância desta dieta para a promoção da saúde. A Sociedade Portuguesa de Cardiologia referia a “importância relevante da Dieta Mediterrânica na promoção da saúde dos portugueses”; o Diretor Geral da Saúde e a Associação Portuguesa dos Nutricionistas assinalavam que o afastamento dos valores fundamentais da Dieta Mediterrânica traz “consequências para a saúde e bem-estar das populações”. Do ponto de vista da atividade económica, a promoção da dieta mediterrânica, em Portugal e no mundo, poderá ter um efeito positivo na economia e na produção agrícola nacional tendo em conta que a dieta mediterrânica tem como elementos base o pão e o azeite. Na dieta mediterrânica, têm ainda uma importância fundamental consumo de peixe, consumo moderado de carne, com forte presença das aves e pequenos ruminantes, de produtos de horta e de produtos silvestres. Também estes produtos poderão ser muito valorizados. Ainda mais quando estas são produções por excelência para a agricultura familiar que importa preservar e promover. Em matéria alimentar, mais que os produtos consumidos, serão as quantidades e os desequilíbrios a ter efeitos mais prejudiciais, ou mais benéficos na saúde humana. A dieta mediterrânica, elemento cultural da gastronomia e da socialização, desenvolvida ao longo de séculos e de assimilações culturais diversas



contém em si esse elemento de equilíbrio e de moderação, que tem de ser valorizado e promovido. Nestes termos, e considerando que 2018 foi declarado o Ano Europeu do Património Cultural, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 26 de fevereiro de 2018, delibere: Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que: 1 - Organize no Concelho de Lagos uma campanha de divulgação e promoção da Dieta Mediterrânica junto da população em geral e particularmente das empresas de hotelaria e restauração e das cantinas escolares e refeitórios municipais. 2 - Organize, em colaboração com as empresas locais de hotelaria e de restauração e envolvendo os agricultores, uma iniciativa gastronómica de promoção e divulgação da Dieta Mediterrânica, intitulada Semana (ou Quinzena) da Dieta Mediterrânica, promovendo o uso de produtos da nossa terra na confeção das ementas. 3 - Solicite à Câmara Municipal de Tavira a cedência temporária da Exposição Itinerante Dieta Mediterrânica-Património Cultural Imaterial da Humanidade, por um período suficiente para permitir uma eficaz promoção destes hábitos alimentares através da participação das escolas, profissionais da hotelaria e restauração e o movimento associativo do nosso Concelho, com convites às autarquias, escolas e outras organizações das Terras do Infante. 4 - Promover outras iniciativas paralelas, tais como como palestras e tertúlias, sobre a importância da Dieta Mediterrânica na saúde pública e na qualidade de vida das famílias. Como local propício e estes objetivos, sugere-se o Armazém Regimental. E ainda: 5 - Recomendar ao Governo que organize uma campanha nacional de promoção e valorização da Dieta Mediterrânica. 6 - Dar conhecimento desta deliberação à Assembleia da República, ao Governo, às autarquias e Agrupamentos Escolares das Terras do Infante e à comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a Câmara Municipal de Lagos, assim como outras do Algarve, estão a desenvolver trabalhos nesta matéria, pelo que o documento apresentado pela CDU é mais um reforço ao trabalho que está a ser desenvolvido.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 6/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “É hoje uma enorme preocupação de todos os portugueses a situação de má qualidade do serviço prestado pelos CTT que se agravou depois de uma privatização, preparada ao longo de anos e concretizada pelo Governo do PSD/CDS-PP. Tal decisão constituiu uma afronta aos direitos dos trabalhadores e das populações e um crime contra os interesses Nacionais. Uma empresa lucrativa para o Estado, que assegurava a presença em todo o território nacional e a prestação do serviço público postal e universal, está hoje a ser destruída com a degradação dos serviços prestado às populações, a venda de património, o ataque aos direitos dos trabalhadores, despedimentos e encerramento de balcões. A gravidade dos prejuízos causados às populações, por esta situação já é de tal ordem, que a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da Assembleia da



Fl. 6v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

República solicitou à Associação Nacional dos Municípios Portugueses ANMP uma pronúncia escrita sobre o assunto. Na resposta da ANMP, destaca-se, nomeadamente, que “a ANMP manifesta a sua mais profunda preocupação com a situação atual de prestação do serviço público postal pelos CTT” e acrescenta “... verifica-se a degradação da sua qualidade, e as anunciadas medidas de reestruturação envolvem o despedimento de trabalhadores e o encerramento de estações dos CTT...”, afirmando que “Não é possível garantir-se uma qualidade de serviço adequada com reduções de trabalhadores e de estações dos CTT.” No Algarve, concretamente em Loulé, uma das estações ali existentes foi recentemente encerrada pela Administração dos CTT (uma das 22 estações encerradas no início do ano). Mas seria uma ilusão pensar que estes encerramentos vão ficar por aqui, os sinais são por demais evidentes. Por detrás destas decisões que degradam e extinguem serviços públicos está a pressão que é exercida pelos acionistas para distribuir de ano para ano cada vez mais dividendos, mesmo que seja à custa das reservas ou do endividamento da empresa, como aconteceu em 2017. Perante estes factos, ignorar e não agir, como faz o atual Governo minoritário do PS, é ser cúmplice com os objetivos dos atuais acionistas da empresa. É preciso pôr fim a este rumo de desastre que prejudica as populações e o País. Além disso, a Lei Postal assegura “... a existência e a prestação do serviço universal, o qual consiste na oferta de serviços postais com qualidade específica, disponível de forma permanente em todo o território nacional, a preços acessíveis a todos os utilizadores, visando as necessidades de comunicação da população e das atividades económicas e sociais.” e determina que “As condições de prestação do serviço universal devem ser reavaliadas a cada cinco anos pelo Governo...”. Face à consciência da urgência em atuar contra o prosseguimento da degradação do serviço postal de responsabilidade dos CTT, a Assembleia Municipal não pode ficar indiferente, nem ignorar que a população do Concelho de Lagos está hoje a sentir igualmente os efeitos da privatização dos CTT e teme pelo futuro deste serviço público. Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 26 de fevereiro de 2018, delibere: 1 - Exigir que se avance no sentido da recuperação do controlo público e da propriedade dos CTT. 2 - Solidarizar-se com a posição assumida pela ANMP no sentido da defesa da qualidade do serviço público a prestar pelos CTT e na exigência da sua urgente reavaliação pelo Governo, conforme o n.º 2 do Artigo 57.º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, Lei Postal; avançando com a recuperação do controle público dos CTT. 3 - Solidarizar-se com a luta das populações e dos trabalhadores que por todo o País protestam contra os despedimentos e os encerramentos de estações dos CTT. 4 -Manifestar o seu mais vivo repúdio por qualquer tentativa de encerramento de estações dos CTT no Concelho de Lagos e reclamar a melhoria da qualidade do serviço postal. 5 - Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, à Assembleia da República, Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, ao Governo, à ANMP e à comunicação social.”-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) perguntou ao Grupo Municipal da CDU se aceitava a votação do Ponto 1 da Moção, separadamente dos restantes Pontos.-----



-----A Sra. Alexandra Pargana (PSD) disse que se a Moção fosse votada no seu todo o PSD abster-se-ia, por causa do Ponto 1, se a Moção fosse votada conforme proposto pelo CDS, o PSD iria votar a favor dos Pontos 2, 3, 4 e 5 da Moção.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que nada tinham a opor ao solicitado pelo Sr. Artur Rêgo.-----

-----Posto isto, passou-se à votação do Ponto 1 da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	1	0	18
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	1	4
VOTOS CONTRA	0	2	0	1	0	0	0	3

-----Seguidamente passou-se à votação dos restantes Pontos da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 7/AM/2018:**

-----**Aprovados**, por maioria o Ponto 1 e por unanimidade os Pontos 2, 3, 4 e 5, da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Apesar de ser um costume muito antigo, a cremação é considerada hoje como um serviço de funeral moderno. Não só com o uso de tecnologias avançadas do incinerador, mas porque quando se considera que se está a observar um crescimento exponencial da população mundial e da falta de espaços associados a este fenómeno, a cremação aparece como uma alternativa do futuro. Vantagens da cremação: - não ocupa espaço do meio ambiente. - evita o uso desnecessário do espaço de cemitérios, pois as cinzas são guardadas em pequenas urnas que podem ser facilmente colocadas em espaços reduzidos. - evita problemas de higiene e sanitários. Com a incineração, evita-se possíveis fontes de infeção, especialmente quando a morte tenha sido causada por doenças infecciosas. - é mais económica do que o enterro convencional. Tendo em conta que a câmara municipal se prepara para realizar obras de ampliação do cemitério de Bensafrim, o Grupo Municipal do PSD - Lagos considera que seria oportuno a mesma equacionar a construção/equipamento do mesmo com um Crematório. Conforme se pode constatar no Estudo de Viabilidade que se anexa esta seria uma grande mais valia para a Freguesia e para o Concelho e rapidamente recuperado o seu investimento conforme demonstra o estudo apresentado. Continua a não existir um equipamento desta natureza em todo o Algarve, apesar de cada vez mais esta ser uma solução fúnebre procurada pelas famílias da região. Assim, o Grupo Municipal do PSD - Lagos propõe a instalação de um Crematório no cemitério da Freguesia de Bensafrim.”-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) disse que o documento apresentado pelo PSD lhe causava alguma estranheza, uma vez que não conhecia nenhum estudo relativo à construção de qualquer tipo de equipamento de crematório no Concelho, e muito menos em Bensafrim ou em Barão de S. João. Referiu que a Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, quer ser uma referência pela



Fl. 7v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

qualidade de vida, pela história, pela ruralidade, pelos equipamentos desportivos, pelos recursos naturais, mas não por um crematório.-----

-----A Sra. Alexandra Pargana (PSD) disse que o crematório seria mais uma estrutura que iria ser acrescentada à lista enumerada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o PS tinha visto, com alguma estranheza, a apresentação do documento em apreciação, por parte do PSD. Referiu que a decisão da instalação de um crematório no Algarve, teria que passar pela Comunidade Intermunicipal do Algarve, uma vez que se trata de um equipamento para servir o Algarve. Disse que o PS não é contra a construção de um crematório em Lagos, mas em Bensafrim, não.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que gostava de votar favoravelmente, mas faltam muitos dados, sendo que outros municípios do Algarve já estão a desenvolver o processo para instalação de crematórios. Sugeriu que o assunto baixasse a uma Comissão da Assembleia Municipal, ou que o PSD solicitasse um estudo sobre este assunto, a nível municipal.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que este tipo de serviço, faz falta à Concelho e à Região, no entanto referiu ter ficado surpreendido relativamente à localização proposta. Disse que concordava com a posição do PS, relativamente à questão de ser este assunto de âmbito regional, pelo que deveria ser tratado no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Algarve. Referiu que existia falta de fundamentação e de diálogo, apesar de perceber que este equipamento poderia ser uma fonte de receita para a Junta de Freguesia. Terminou dizendo que o proposto necessitava de ser mais e melhor trabalhado e fundamentado, para uma nova apreciação.-----

-----A Sra. Alexandra Pargana (PSD) disse que estavam previstas obras de remodelação para o cemitério de Bensafrim, pelo que esta proposta vem no sentido de juntar o útil ao agradável. Referiu que a proposta apresentada, pelo menos, serviu para abrir o debate sobre o assunto, sendo que pode a mesma vir a ser melhor trabalhada e levada para apreciação a nível regional.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que, ao contrário do que é referido no documento, este tipo de equipamento ocupa espaço e não é mais barato que os funerais tradicionais.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse que nunca tinha visto uma Moção tão bem elaborada por parte do PSD. Referiu que não se sentia mandatado para votar uma Moção com o conteúdo da apresentada. Lançou o desafio ao PSD no sentido de ser feito um estudo, junto da população, relativamente ao assunto. Afirmou que a forma como foi apresentado o assunto à Assembleia Municipal, é totalmente descabida.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:



	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	0	0	0	0	0	2
ABSTENÇÕES	0	0	3	1	2	1	1	8
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 8/AM/2018:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “A Praia da Luz é o destino turístico mais antigo e conhecido do Concelho de Lagos. Ex-Libris do turismo algarvio há mais de cinco décadas, esta antiga Aldeia piscatória, agora Vila, tem feito as delícias de milhões de turistas que têm escolhido a sua praia única, as suas falésias multicolores com a característica Rocha Negra e toda a infraestrutura turística construída a partir do fim dos anos sessenta, conjuntamente com a população quer local quer do Concelho que se soube adaptar a esta nova economia de serviços. Apesar de, desde sempre esta Freguesia ter constituído uma forte fonte de receitas do Município quer através dos impostos derivados do imobiliário como o agora IMT e IMI, como os derivados das taxas cobradas pelo decorrer da própria atividade da indústria hoteleira e similares, as contrapartidas tanto a nível de manutenção de espaços públicos, zonas ajardinadas, parques, etc., como dos equipamentos de fruição de lazer tanto dos turistas como dos habitantes da Freguesia como do Concelho sempre foram deficitários do lado do Município. À semelhança do que o Algarve é para o resto do País e vítima do facto de grande parte da sua população no passado ser estrangeira não votante, esta Freguesia sempre foi maior contribuinte para os cofres do Município do que recetora dos investimentos públicos de que necessitava e merecia. Poderemos aqui lembrar a triste situação e autêntico crime contra o património arqueológico ocorrido durante o consulado socialista de Baptista em que as Ruínas Romanas descobertas no terreno entre a igreja da Luz e o restaurante “O Poço” foram soterradas para sobre elas se construírem umas centenas de apartamentos turísticos, tendo-se apenas deixado uma triste e pequena amostra de algumas dezenas de metros quadrados como prémio de consolação literalmente “para inglês ver”! E se essa riqueza arqueológica se perdeu para sempre, seria de esperar que aquela que ficou se encontrasse bem tratada, protegida, em exposição a todos os que nos visitam sendo usufruída pelos munícipes do Concelho e pelos visitantes, sempre ávidos de saberem a nossa história. E já agora a servir como forma de receita importante da Freguesia, sempre tão necessitada de fundos para manter um quadro de pessoal em que está deficitária há anos. Mas não! Está no estado em que as imagens documentam. E as imagens são só da entrada, pois daí não se consegue passar. Há anos que os eleitos da Freguesia têm vindo a alertar para o estado de degradação deste espaço da Freguesia da Luz, assim como de alguns equipamentos situados na Avenida dos Pescadores, que como as imagens documentam não se encontram em condições de servir dignamente os fins a que se destinam. Assim, o Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 8v.

Municipal do Partido Social Democrata vem exigir ao Executivo camarário que reabra com condições de serem visitadas em segurança as Ruínas Romanas da Avenida dos Pescadores da Praia da Luz, criando uma sinalética bilíngue perceptível e em condições de ser interpretada. Deverá também ser criado um tarifário que permita sustentar a manutenção do espaço e dos equipamentos nele existentes em bom estado de conservação e não no estado que as fotos documentam. O executivo deverá também com a máxima urgência colocar ou substituir a iluminação pública no restante da Av. dos Pescadores e pedir à Junta de Freguesia ou na impossibilidade desta, substituí-la nessa tarefa, na manutenção dos equipamentos urbanos existentes na Avenida.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) começou por dizer que a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD se dividia em duas partes; uma relacionada com as ruínas romanas existentes na Praia da Luz e outra relacionada com os equipamentos urbanos situados na Avenida dos Pescadores, sita, igualmente na Praia da Luz. Sobre as ruínas disse que lhe parece que as mesmas estão a sofrer uma intervenção no sentido de recuperar as mesmas, pelo que não existe acesso às mesmas. Relativamente à manutenção ou substituição do equipamento urbano e de iluminação pública danificada ou deteriorado da Avenida dos Pescadores, disse que conhece o local, a fotografia que acompanha o documento apresentado mostra um banco com falta de uma ripa, mas não é por isso que se deve aprovar o documento, uma vez que não é pelo mencionado na Moção que a Praia da Luz deixa de ser um local aprazível para os seus habitantes e para aqueles que visitam o local.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que fazia todo o sentido a recuperação dos locais mencionados na Moção, pelo que era a favor do documento, uma vez que o mesmo serve de chamada de atenção para a Câmara Municipal, para o cuidado que deve dedicar aos espaços público, principalmente aqueles mais frequentados.----

-----A Sra. Alexandra Pargana (PSD) disse que se as ruínas romanas estão a ser alvo de uma intervenção, tal informação deveria ser dada a quem tenta visitar as mesmas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou informação à Câmara Municipal sobre o assunto.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, informou que está a decorrer um projeto para requalificação das ruínas romanas da Praia da Luz, sendo que a empreitada está prevista começar em abril/maio.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que as intervenções anteriormente realizadas nas ruínas romanas da Praia da Luz, tinham sido de manutenção das mesmas, sendo que a intervenção prevista fazer no local, para breve, será mais profunda.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:



	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	2	1	0	0	1	6
ABSTENÇÕES	0	0	1	0	2	1	0	4
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 9/AM/2018:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): “Agradeço a intervenção do Sr. Vice-Presidente da Câmara, a explicação que deu, congratulo-me com o trabalho que irá ser realizado, mas tal só vem demonstrar, aliás pelas próprias palavras da Sra. Presidente da Câmara, que disse que há mais de dez anos que não era feita nenhuma intervenção lá, vem demonstrar a justeza da preocupação expressa na Moção do PSD, tirando, que eu não subscrevo, mas é uma palavra, a questão de exigir, quanto ao resto, na substância e no conteúdo, justifica a justeza desta Moção.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Nos últimos meses temos vindo a assistir a mais uma vez a CML querer vir substituir-se à iniciativa privada na exploração do negócio dos parques de Autocaravanas no Concelho. Existem no Concelho de Lagos três parques de Turismo/Caravanismo devidamente licenciados para o efeito nos quais os respetivos proprietários investiram o seu capital para criarem as condições exigidas por Lei para receberem em condições de salubridade e qualidade os Turistas que nos visitam em Autocaravana. Pagam impostos, empregam pessoas e mantêm as instalações (receção, jardins, piscinas, etc.) para que estes estabelecimentos de turismo contribuam para a oferta diversificada do nosso concelho. A CML entendeu criar há algum tempo, um pequeno parque de autocaravanas junto do Estádio Municipal, vulgo ASA de serviço provavelmente com a boa intenção de criar uma zona de apoio ao Auto caravanista que chega à cidade numa visita curta, cobrando uma pequena taxa de utilização pelo serviço. Mas depressa a boa intenção inicial deu lugar à ganância da multiplicação da cobrança da taxa e agora assistimos ao triste espetáculo do parque de feiras invadido por dezenas quando não mais de uma centena de autocaravanas espalhadas como cogumelos, sem condições, sem salubridade e numa concorrência desleal e descarada aos equipamentos existentes. O PSD Lagos não aceita e nem concorda que a CML se substitua à iniciativa privada nem com ela concorra na prestação de serviços para os quais não tem apetência nem qualificações nem capacidade logística para os desempenhar. Assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem exigir à CML que suspenda imediatamente a cobrança das taxas aos Auto caravanistas que se encontram fora da referida ASA junto ao Estádio Municipal, fazendo cumprir o fim para que esta foi criada e recomendando à PSP que proceda à remoção das autocaravanas que se encontrem no parque das feiras e impedindo novos estacionamento e encaminhando os auto caravanistas para os parques da cidade que se encontram preparados para os receber.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 9v.

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	0	1	0	0	0	3
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	2	1	1	7
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 10/AM/2018:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Alexandre Nunes (CDU): “A declaração de voto prende-se um bocado com o teor da Moção, que a certa altura não se percebe bem o que é que se estava a votar aqui a determinados níveis e é da falta de oportunidade, já que se identifica um problema, de não se propor a eventualmente criação de mais áreas e estarmos a apontar isto como uma solução para o privado; começamos a multar e passamos isto tudo para o privado. Por esse motivo a nossa abstenção. A preocupação é válida, a solução apresentada não nos parece a melhor.”

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Paulo Toste (PS): “O Partido Socialista vota contra, obviamente também não gosta de ver aquela zona invadida de caravanas e autocaravanas, mas não havendo solução melhor, até à data, votamos contra esta Moção porque é preferível ter as autocaravanas concentradas como estão naquele espaço do que espalhadas pelas várias praias e pelas várias zonas, como se vê noutros Concelhos.”

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Emídio Grilo (PSD): “O Partido Socialista, mais uma vez, votou contra porque é uma Moção do PSD. O nosso voto aqui nesta Moção é porque existem em Lagos parques próprios para autocaravanas. Há pelo menos duas empresas que têm essas condições de logística adequadas e, portanto, não há necessidade daquilo. É uma questão de forçar, com certeza, os Auto caravanistas. Não se está contra os Auto caravanistas, está-se é contra aquela situação degradante, até para os próprios, de condições mínimas que têm, irem para os parques, pois existem duas empresas próprias para o caso.”

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A Lei do Orçamento de Estado para 2018, marca o dia 15 de Março para os proprietários privados limparem as áreas envolventes de casas isoladas, povoações e estradas. Se não o fizerem, os municípios terão que proceder a essa limpeza até o final de Maio. Verifica-se que, apesar dos esclarecimentos que têm sido divulgados na comunicação social e da campanha Operação Floresta Protegida da GNR, continuam a existir na população muitas dúvidas sobre o cumprimento desta Lei. Aproximando-se o final do prazo dado pela Lei, torna-se necessário que as autarquias locais se empenhem também nestas campanhas de informação pública, para permitir o correto cumprimento da Lei. Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 26 de fevereiro de 2018, delibere: 1 - Recomendar à Câmara Municipal



de Lagos que organize, com carácter de urgência, em cada freguesia do Concelho uma sessão pública de esclarecimento sobre a limpeza de terrenos para combate aos incêndios. 2 - Convidar, para integrar estas sessões, a GNR e os serviços da Proteção Civil. 3 - Dar conhecimento desta deliberação aos meios de comunicação social.”-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a questão da limpeza de terrenos no sentido de prevenir os incêndios florestais, é uma matéria que tem envolvidos todos os membros do Executivo, a toda a hora. Referiu que existe uma lei para cumprir e tem estado a ser desenvolvido trabalho ao nível das Terras do Infante nesse sentido.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que o que é proposto pela CDU já tudo, ou quase tudo, foi feito. Informou que, como os Municípios vão ter que substituir muitos proprietários, já estava concluído, e ia ser lançado o procedimento para concretizar essa situação.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que muita gente vai ao encontro da CDU e coloca questões sobre o assunto, pelo que muita coisa ainda está por fazer nesta matéria.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que o assunto é importante, assim como são importantes os esclarecimentos relativos ao mesmo. Perguntou se foram realizadas, ou estão previstas realizar, sessões de proximidade.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	2	3	1	2	1	0	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 11/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “A precarização do trabalho tem sido uma marca da degradação das relações laborais nos últimos anos. Não apenas no setor privado, mas também no Estado, disseminaram-se múltiplas modalidades de emprego precário e multiplicaram-se vínculos não permanentes, falsas prestações de serviço, utilização de estágios para preencher necessidades permanentes, formas de intermediação laboral precarizadoras, o recurso a programas ocupacionais para preencher, com um custo muito reduzido, verdadeiras necessidades permanentes dos serviços. Também nas autarquias foi assim. O Artigo 19.º da Lei do Orçamento do Estado para 2016 determinou a realização de levantamento dos instrumentos de contratação de natureza temporária na Administração Pública. O Relatório sobre esse levantamento foi divulgado a 31 de janeiro de 2017, revelando a dimensão desta realidade. No que diz respeito à Administração Local e ao Setor Empresarial Local foram identificados, à data de 30 de junho de 2016, 12 738 trabalhadores



Fl. 10v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

enquadrados por Contratos Emprego Inserção e Contratos Emprego Inserção +, 1 048 estagiários enquadrados pelo regime jurídico do programa de estágios profissionais na administração local (PEPAL) que consta do Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro, 5 772 prestadores de serviços (os designados recibos verdes), 4 532 contratos a termo resolutivo na Administração Local e 2 149 no setor empresarial local. Com o referido Relatório estabeleceu-se também que a Direção-Geral da Administração Local (DGAL) deveria proceder a um levantamento junto das autarquias locais, até 31 de outubro de 2017, das funções desempenhadas ao abrigo dos instrumentos de contratação a que se referia o mencionado documento. Em dezembro de 2017, foram conhecidos os dados reportados à DGAL, nos quais os organismos da administração local reconheciam haver 15 758 trabalhadores precários a assegurar funções permanentes, dos quais cerca de metade (46,6%) são desempregados com contratos financiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). O número - indicado pelas Câmaras, Juntas de Freguesia, empresas locais, serviços municipalizados e entidades intermunicipais - representa 14% do total de trabalhadores do setor local. O Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) é, mais do que uma oportunidade, um repto para que finalmente sejam respeitados os direitos mais elementares dos trabalhadores que garantem os serviços públicos. Todos os organismos públicos, na Administração Central ou Local, são chamados a cumprir a lei, regularizando as situações de precariedade. A Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, prevê os procedimentos do processo de regularização e integração dos trabalhadores precários do Estado, em que se incluem as autarquias locais e os seus diversos organismos: Câmaras Municipais, Serviços Municipalizados, Entidades Intermunicipais, Empresas Locais, Juntas de Freguesia. Ora, tendo esta Câmara Municipal respondido, em outubro passado, ao inquérito realizado pela parte da Direção-Geral da Administração Local, trata-se agora de concretizar a regularização de todas essas situações, dando cumprimento a um objetivo da maior importância: o restabelecimento da normalidade no que às relações laborais no setor público diz respeito. Assim, a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 26 de fevereiro de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Lagos: 1 - A divulgação, num prazo máximo de 5 dias, dos dados remetidos pela Câmara Municipal à Direção Geral da Administração Local relativos à existência de vínculos precários na autarquia, discriminando o tipo de vínculo, a categoria profissional e as funções desempenhadas. 2 - A implementação de um processo de regularização de todos os vínculos precários existentes na autarquia, recorrendo aos mecanismos previstos no PREVPAP e conforme previsto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017. 3 - Na execução do processo de regularização, deve a Câmara prever, conforme previsto no n.º 5 do artigo 3.º daquele diploma: a) uma fase para apresentação de requerimentos pelos interessados, aberto a todos os trabalhadores com vínculos precários, com vista a requerer a sua inclusão no processo; b) a definição de uma comissão paritária, composta por representantes da Câmara Municipal e dos trabalhadores, com a missão de avaliar as situações a regularizar. Esta comissão deve debruçar-se sobre os casos que resultam da apresentação de requerimento e outros que sejam sinalizados



por algum dos seus membros; c) um prazo máximo de 2 meses para análise dos processos e abertura dos procedimentos concursais que possam ter lugar. 4 - Até à conclusão do processo de regularização, travar o despedimento de todos os trabalhadores em situação de precariedade, renovando ou impedindo a cessação de qualquer vínculo não permanente e que possa ser apreciado para regularização.”-----
-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	0	0	2	1	1	6
ABSTENÇÕES	0	0	3	1	0	0	0	4
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 12/AM/2018:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE.--

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Paulo Toste (PS): “Votamos contra porque não há vínculos precários no Município de Lagos.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Fernando Ildefonso (LCF): “Nós abstivemo-nos, porque não temos conhecimentos de dados que nos permitam fundamentar posição favorável e portanto gostaríamos de ter uma perspetiva dos precários que existem, de facto, na Câmara Municipal.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): “No mesmo sentido da LCF, para dizer que nos abstivemos porque de facto não tínhamos elementos em nossa posse que nos permite avaliar e ajuizar para votar esta proposta.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pela Sra. Natacha Álvaro (BE): “O ponto 1 da Moção é precisamente o pedido dos dados que o Concelho forneceu à Direção Geral das Autarquias Locais. Só para esclarecer.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal LCF: “Segundo os dados do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), o mês de outubro de 2017 foi o mais seco dos últimos 20 anos, com 30% da precipitação normal para a época. No final de outubro, todo o território de Portugal continental encontrou-se em situação de seca severa (24,8%) e extrema (75,2%), segundo a mesma fonte. O cenário de seca extrema em Portugal ainda não está descartado, de acordo com os dados contínuos das baixas taxas de pluviosidade que se vêm sentindo em todo o território nacional. O Algarve, pela sua importância no setor do turismo, (cerca de 80% da atividade económica) poderá vir a sentir consequências nefastas da crise hídrica, pondo em causa a sustentabilidade socioeconómica da região. O barlavento algarvio, embora com níveis de reserva de água generosos, não deixa de estar exposto a esse risco se os índices de pluviosidade continuarem abaixo do normal para a época. A preocupação pela utilização dos recursos hídricos, cada vez mais escassos, deverá despoletar procedimentos/mecanismos visando a poupança e a otimização dos mesmos no nosso município, à semelhança do que já ocorre pela generalidade dos municípios portugueses. Para este efeito considera-se decisivo que se procedam: 1 – Reparação de fugas, no sistema de distribuição e rega dos espaços públicos. 2 –



Fl. 11v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Implementar sistemas de gestão inteligente da água, por exemplo o Sistema IQ - Rain Bird, que pode levar a uma poupança de cerca de 30%, à semelhança do que ocorreu na C.M. do Porto. Este sistema de rega inteligente permite, entre outras funções de monitorização e controle, gerir as necessidades de rega em função das condições climáticas lidas por uma estação meteorológica, impedindo, por exemplo, a realização de rega aquando de ocorrência de precipitação. 3 - Concretizar projetos de captação de água para redes de rega com recurso a furos e poços, nomeadamente no Anel Verde ou viveiros municipais. 4 - Desativar parcial ou totalmente a alimentação de água de fontes, lagos e chafarizes ornamentais, que não possuam ainda sistemas de recirculação ou controlo de perdas. 5 - Substituir e/ou instalar contadores com telemetria nos locais destinados a rega de jardins e espaços públicos, o que permite intervir rapidamente em caso de consumo anómalo (indicador de perda ou fuga), evitando-se a perda desnecessária de água. 6 - Instalar VRPs (válvulas redutoras de pressão) tendo em vista reduzir ainda mais as pressões na rede, melhorando, consequentemente, as perdas de água reais nesses pontos. Medidas complementares a implementar no curto prazo: 1 - Diminuir a frequência de regas semanais, dos sistemas de rega automáticos autónomos e centralizados (em vez de regas diárias, passam a ser duas semanais, excetuando-se apenas os jardins emblemáticos). 2 - Utilizar mais áreas com mulching e telas anti ervas (casca de pinheiro, gravilhas, etc.), cobrindo-se as áreas dos canteiros de forma a não ocorrerem tantas perdas de humidade no solo e aumento da temperatura do mesmo; 3 - Redesenhar as áreas verdes, agrupando as espécies segundo as suas necessidades hídricas (por exemplo utilizar as espécies mais exigentes em água junto aos relvados) e, sempre que possível, optar por plantas menos exigentes em necessidades hídricas, recorrendo se possível a espécies autóctones e tapizantes; 4 - Generalizar o uso de temporizadores nos sistemas de torneiras e chuveiros de edifícios sob gestão municipal (balneários, instalações sanitárias públicas, equipamentos desportivos, etc.) onde ainda estarão em falta; 5 - Estudar a viabilidade económica de introdução de Hidrorretentores (polímeros cuja função é reter a água da chuva ou irrigação e libertá-la aos poucos, garantindo a umidade do solo) para eventual aplicação no Viveiro Municipal, rede de Hortas Municipais e/ou espaços verdes públicos; 6 - Rever os critérios para o dimensionamento de reservatórios/cisternas prediais que permitirá, para os novos edifícios (ou edifícios que sejam alvo de remodelação), a diminuição da reserva de água nos edifícios e, consequentemente, uma redução e melhor gestão da água aduzida ao sistema. 7 - Promover ou reforçar/campanhas de sensibilização para a poupança de água nos jornais e rádios locais/regionais, em suplementos mensais enviados junto com a fatura de serviços ambientais de água de abastecimento, águas residuais e resíduos urbanos a todos municípios. Neste sentido, os eleitos de LCF propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 26 de fevereiro de 2018, delibere: Recomendar à Câmara que implemente a estratégia de poupança da água com carácter de urgência.”-----
-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:



	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	3	1	2	1	1	10
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 13/AM/2018:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal LCF.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Paulo Toste (PS): “Não aprovamos a Moção porque praticamente tudo o que está contemplado na Moção está a ser realizado pela Câmara Municipal.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Fernando Ildefonso (LCF): “Eu entre muitas medidas ainda não ouvi uma campanha de sensibilização para poupança de água, não me chegou às faturas, que me chegam a casa, não transportam nenhuma mensagem deste teor e nós temos que encarar este assunto de forma séria, porque as expectativas que se aproximam não são animadoras e portanto dizer isto que eu ouvi agora, não corresponde à verdade.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 34 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 51 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a Ordem do Dia para esta Sessão.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 14/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-600-18.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) perguntou se estava previsto enviar, junto com a fatura da água, alguma campanha de sensibilização sobre poupança de água.-----

-----A Sra. Natacha Álvaro (BE) perguntou o que estava a ser feito no sentido da proteção da área do Paúl e da mesma ser considerada como área protegida de interesse Municipal.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) sobre a situação de seca severa e extrema no País, disse que no dia 13 de novembro de 2017, a CDU tinha apresentado ao Sr. Presidente da Mesa o seguinte requerimento, sobre o qual continua a aguardar resposta: “Considerando que do “Resumo Climático (balanço preliminar)” Instituto Português do Mar e da Atmosfera sobre “outubro de 2017 excecionalmente quente e extremamente seco”, se extrai que, citamos: a) este foi o mês de outubro mais



Fl. 12v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

quente dos últimos 87 anos (desde 1931); b) todo o território de Portugal continental encontra-se em situação de seca severa (24,8 %) e extrema (75,2 %); c) na análise dos anos de 1944/45 e de 2004 até hoje, informa que “A situação de seca de 2016/17 é a única que no final de Outubro se estende, nas classes de maior severidade, a 100% do território”. Perante a extrema gravidade desta situação, que exige de todos a tomada urgente de medidas eficazes, requeremos que seja solicitado à Câmara Municipal de Lagos informação sobre: 1 - Quais as ações já movidas pela Câmara Municipal para dar resposta a esta situação, a nível da atividade dos serviços camarários; 2 - Quais as medidas adotadas para prevenção e informação à população em geral.”.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) congratulou-se com o documento apresentado pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, tendo destacado as obras, os prémios e as candidaturas referidas no mesmo. Solicitou o ponto da situação referente às obras a realizar no Pavilhão desportivo da Escola Gil Eanes. Perguntou se a empreitada prevista para o Centro Cultural para implementação de medidas de melhoria de eficiência energética, obrigava ao encerramento, ou não, do equipamento.-----

-----A Sra. Clara Rato (PS), relativamente às obras na Escola Júlio Dantas, perguntou para quando o término das mesmas, uma vez que a parte que competia à Parque Escolar estava concluída, e a fase final era da responsabilidade da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou esclarecimentos sobre as obras nas escolas Gil Eanes e Júlio Dantas e as referentes às novas instalações da GNR. Referiu que os Requerimentos dos Grupos Municipais à Câmara Municipal estão a ter uma resposta mais célere, no entanto existem alguns que ainda carecem de resposta. Referiu existir a necessidade de fazer uma rampa num passeio junto à Escola de Odiáxere, na zona da EN 125, assim como fez referência ao facto do autocarro da Onda fazer o retorno em Odiáxere num terreno privado.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) perguntou qual a previsão para a conclusão da obra referente à entrada principal para a Escola Júlio Dantas e se já tinha sido tomada em consideração a questão do acesso dos transportes públicos a essa nova entrada para a escola.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) solicitou informação sobre a estrada da Meia Praia.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, sobre as preocupações relacionadas com o consumo de água, disse que este assunto é de grande importância e está a ser apreciado a nível do Algarve, tanto pelas Águas do Algarve como pela Comunidade Intermunicipal do Algarve, estando já a ser tomadas algumas medidas. Sobre o Paúl disse que está a ser preparado o projeto para o Plano de Pormenor do Paúl. Relativamente às obras na Escola Gil Eanes, disse que o Ministério fez uma intervenção na Escola tendo a Câmara Municipal se associado à mesma, contribuindo para obras de melhoria do pavilhão, uma vez que este não serve só a comunidade escolar, mas sim toda a comunidade, pelo que está a ser elaborado um protocolo com para esse fim. Sobre as obras relacionadas com a eficiência energética, no Centro Cultural, referiu que as mesmas estão a decorrer,



sem necessidade de encerrar o espaço. Disse que a obra da nova entrada da Escola Júlio Dantas levou muito tempo a ter um desenvolvimento, mas atualmente a Parque Escolar já tinha feito a intervenção possível fazer com financiamentos próprios, cabendo a parte final da obra à Câmara Municipal, que está a trabalhar nesse sentido, esperando ter a principal intervenção concluída depois da Páscoa, sendo que a total conclusão de toda a intervenção vai ainda demorar alguns meses. Sobre as obras da GNR disse que as mesmas vão ainda demorar uma vez que o primeiro concurso aberto para a empreitada tinha ficado vazio, pelo que está a ser equacionada uma solução para a questão. Disse que tomou boa nota das situações referidas pelo Sr. José Manuel Freire. Sobre a estrada da Meia Praia, informou que os privados não fizeram as obras para as quais se tinham comprometido, pelo que já foram notificados no sentido de realizar as mesmas, no entanto não se trata de um processo fácil. Informou ainda que estão a ser desenvolvido um conjunto de obras, sendo que muitos têm financiamento. Relativamente aos processos jurídicos realço os processos arquivados pelo Tribunal de Loulé, relativamente a situações interpostas pelo Sr. Vereador Luís Barroso, sendo que só com estes arquivamentos é que tinha ficado a perceber um requerimento, extensíssimo, feito pelo Sr. Vereador à Câmara Municipal, sobre as relações entre a Câmara Municipal e a Caixa de Crédito Agrícola. Acrescentou que os autarcas são eleitos para defender o interesse público e não particulares-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) perguntou se as medidas a tomar relativamente à água estavam dependentes de uma estratégia regional ou se existia autonomia para tomar medidas por cada Câmara Municipal. Solicitou, caso a Câmara Municipal tenha autonomia para tomar medidas sobre a água, que fossem dados mais esclarecimentos na próxima Sessão da Assembleia Municipal. Sobre a questão do Sr. Vereador Luís Barroso, disse que o mesmo tinha esclarecido o movimento LCF, tendo elaborado, inclusivamente, um documento, sendo que das explicações dadas não tinha vislumbrado nenhum conflito entre o interesse privado e interesse público.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse que não tinha percebido a intervenção do Sr. Fernando Ildefonso em relação à questão do Sr. Vereador Luís Barroso.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lamentou estarem a ser feitas apreciações sobre o Sr. Vereador Luís Barroso sem a presença do mesmo. Relativamente aos Requerimentos dos Membros da Assembleia Municipal à Câmara Municipal, disse que os que não têm resposta, ao menos podiam ter uma resposta simples a dizer que estavam a tratar do assunto e a devido tempo seriam devidamente respondidos. Solicitou mais informação relativamente a criação do Observatório do Conhecimento e o ponto de situação do concurso de limpeza urbana e da estrada da Praia da Luz. Perguntou se estava equacionada a utilização de terrenos privado, sem utilização, junto às praias, para estacionamento. Terminou destacando o elevado número de concursos e empreitadas abertos e a liquidação da verba referente ao PAEL.-----

-----A Sra. Natacha Álvaro (BE) disse ter ficado contente com os dados referentes ao Programa de Habitação a Custos Controlados, no entanto referiu que continuam



Fl. 13v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

a aumentar os registos referentes ao Alojamento Local, pelo que perguntou se estava previsto alguma medida para equilibrar a situação.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) sobre a redução do valor da fatura da água, perguntou se tal redução tinha tido em linha de conta preocupações ambientais.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que cada vez mais a Câmara Municipal integra e facilita a vida dos seus trabalhadores. Realçou o alargamento do prazo para pagar a fatura da água. Felicitou a posição da Câmara Municipal relativamente à exploração de hidrocarbonetos. Sobre a questão relacionada com o Sr. Vereador Luís Barroso, disse que não se estavam a discutir explicações sobre explicações, mas sim um conjunto de acusações feitas numa determinada altura sensível para todos, as quais foram avaliadas por um procurador e é esse resultado que está a ser analisado.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, sobre a questão relacionada com o Sr. Vereador Luís Barroso, disse que seria muito mais agradável serem prestados esclarecimentos, com a presença do Sr. Vereador. Referiu que tinha recebido dois requerimentos do Sr. Vereador Luís Barroso a solicitar esclarecimentos relativamente à relação da Câmara Municipal com a Caixa de Crédito Agrícola, tendo essa situação, deixado-a preocupada e sem perceber o intuito dos requerimentos, sendo que só ficou esclarecida com o despacho de arquivamento do Tribunal de Loulé, relativamente ao assunto. Sobre o concurso de limpeza urbana, disse que o mesmo está a seguir os seus trâmites, apesar de se terem verificado algumas dificuldades. Relativamente ao estacionamento em terrenos privados junto às praias, disse que iria averiguar o proposto. Informou que o projeto da estrada da Luz estava praticamente concluído, havendo a intenção de ser apresentado o mesmo durante o mês de abril. Disse que o Programa Habitacional é um programa com várias vertentes e que a Câmara Municipal está ciente das questões relacionadas com a falta de habitação no Concelho.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, sobre o Observatório do Conhecimento disse ser um projeto para o qual a Câmara Municipal de Lagos tinha sido convidada a participar pela universidade Católica. Referiu que a redução da fatura da água foi feita com critério, sendo que quanto maior for o consumo, menor é o desconto.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) realçou a empreitadas lançadas e referidas na Informação. Perguntou se está prevista a concessão do parque infantil da Praia da Luz, depois de sofrer a intervenção prevista, uma vez que é da opinião de que se o mesmo não for concessionado, voltará a degradar-se.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referindo-se a um parque infantil existente na Freguesia da Luz, o qual foi cedido à Junta de Freguesia da Luz para fazer a gestão do mesmo, disse que o mesmo está degradado, pelo que perguntou se o mesmo tinha sido devolvido à Câmara Municipal. Aproveitou a ocasião para colocar idêntica questão relativamente à casa do guarda, sita no início da mata de Barão de S. João. Disse que a informação dada pela Câmara Municipal é de que está a ser elaborado o Plano Municipal de Habitação, no entanto depois são avançadas medidas no âmbito da habitação municipal, pelo que perguntou se essas medidas são já no âmbito do Plano Municipal de Habitação, ou se as mesmas são avulsas.----



-----O Sr. João Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da Luz) disse que o edifício que está junto ao parque infantil referido pelo Sr. Fernando Ildefonso, está a ser utilizado por diversa entidade e não está tão degradado como possam querer fazer crer.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF), relativamente ao mencionado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Luz, perguntou se estava prevista a concessão do espaço. Perguntou ainda para quando a requalificação dos passeios de acesso à praia da Luz.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, informou que a Câmara Municipal tem um contrato com uma empresa que faz a manutenção dos parques infantis do Concelho, com o intuito de evitar a degradação dos mesmos e que o parque infantil mencionado pelo Sr. José Manuel Freire, estava desativado. Disse que está a ser elaborado o Plano Municipal de Habitação, mas no entretanto há situações que podem e têm estado a evoluir no imediato, dadas as necessidades.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, sobre o concurso da limpeza urbana, informou que tinha sido feito um relatório preliminar, verificou três reclamações, estando para breve a elaboração do relatório final com a decisão sobre o concurso.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que se a intervenção relacionada com a Freguesia da Luz, foi feita porque não teve a Assembleia Municipal conhecimento de nenhuma ação da Câmara Municipal, relativamente a um documento aprovado pela Assembleia Municipal, no mandato anterior, aquando da realização de uma reunião do Órgão Deliberativo na Freguesia da Luz, em abril de 2016.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que a questão da requalificação dos passeios de acesso à praia da Luz é muito importante.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, referiu que a Casa do Guarda, em Barão de S. João, vai ser reabilitada no âmbito de uma candidatura. Sobre a requalificação dos passeios de acesso à praia da Luz, disse que é uma situação que está a ser ponderada.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 27 de fevereiro de 2018, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 2 da Ordem do Dia, eram 0 horas e 12 minutos, da madrugada do dia 27 de fevereiro de 2018, tendo declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de



Fl. 14v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----
